



**ESPAÇO
MUNICIPAL**

CADERNO DE ENCARGOS

Concurso Público

Aquisição de 3 automóveis elétricos para posterior locação
financeira/leasing

2024_CP31



RENOVAÇÃO URBANA E GESTÃO DO PATRIMÓNIO

RUA DR. CARLOS PIRES FELGUEIRAS, N.º 181, 4470-157 MAIA, PORTUGAL
TEL. (+351) 229 438 030* · geral@espacomunicipal.pt · www.espacomunicipal.pt

** chamada para a rede fixa nacional*

CADERNO DE ENCARGOS

ÍNDICE

| | |
|---|-----------|
| CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS | 4 |
| CLÁUSULA 1. ^a Objeto | 4 |
| CLÁUSULA 2. ^a Documentos Integrantes do Contrato | 4 |
| CLÁUSULA 3. ^a Princípio Geral de Responsabilidade | 5 |
| CLÁUSULA 4. ^a Informação relevante..... | 5 |
| CAPÍTULO II OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS | 5 |
| Secção I Obrigações da Espaço Municipal e condições conexas | 5 |
| CLÁUSULA 5. ^a Preço Base e Pagamento | 5 |
| CLÁUSULA 6. ^a Prazo de Execução e Entrega | 6 |
| Secção II Obrigações do Adjudicatário..... | 6 |
| CLÁUSULA 7. ^a Obrigações gerais do adjudicatário | 6 |
| CLÁUSULA 8. ^a Deveres de Informação..... | 7 |
| CLÁUSULA 9. ^a Proteção de Dados..... | 8 |
| CAPÍTULO III INCUMPRIMENTO CONTRATUAL..... | 10 |
| CLÁUSULA 10. ^a Responsabilidade..... | 10 |
| CLÁUSULA 11. ^a Penalidades Contratuais..... | 10 |
| CLÁUSULA 12. ^a Casos Fortuitos ou de Força Maior..... | 11 |
| CAPÍTULO IV CESSAÇÃO DO CONTRATO | 12 |
| CLÁUSULA 13. ^a Formas de Cessação do Contrato..... | 12 |
| CLÁUSULA 14. ^a Resolução do Contrato por Qualquer uma das Partes | 12 |
| CLÁUSULA 15. ^a Rescisão Antecipada pela Entidade Adjudicante | 13 |
| CAPÍTULO V CAUÇÃO | 13 |
| CLÁUSULA 16. ^a Caução..... | 13 |
| CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS..... | 13 |
| CLÁUSULA 17. ^a Cessão e Subcontratação..... | 13 |
| CLÁUSULA 18. ^a Comunicações e Notificações..... | 13 |
| CLÁUSULA 19. ^a Contagem dos Prazos | 14 |
| CLÁUSULA 20. ^a Foro Competente..... | 14 |
| CLÁUSULA 21. ^a Lei aplicável | 14 |

| | |
|--|-----------|
| ANEXO I Disposições Especiais / Especificações Técnicas | 15 |
| Artigo 1.º Entrega dos bens objeto do contrato | 15 |
| Artigo 2.º Garantia Técnica Geral | 15 |
| Artigo 3.º Garantia Técnica Bateria | 16 |
| Artigo 4.º Peças | 16 |
| Artigo 5.º Especificações Técnicas | 16 |

Capítulo I

Disposições Gerais

CLÁUSULA 1.ª

Objeto

O presente Caderno de Encargos integra as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de 3 automóveis elétricos para posterior locação financeira/leasing, nas condições definidas no presente Caderno de Encargos e no Anexo I – Disposições Especiais / Especificações Técnicas.

CLÁUSULA 2.ª

Documentos Integrantes do Contrato

1. O contrato integrará os seguintes documentos:
 - a) O clausulado contratual;
 - b) Os esclarecimentos, erros, omissões e retificações relativas ao Caderno de Encargos desde que esses erros tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo Cocontratante.
2. A Espaço Municipal pode excluir expressamente do contrato os termos ou condições constantes da proposta que se reportem a aspetos de execução do contrato, não regulamentados pelo presente Caderno de Encargos e, que não sejam estritamente necessários à sua execução, ou sejam considerados desproporcionados.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior e o clausulado contratual, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (doravante, designado de CCP) e aceites pelo Cocontratante nos termos do disposto no artigo 101.º do mesmo diploma legal.
4. Os aditamentos ao contrato devem estabelecer a sua própria prevalência relativamente aos restantes documentos.

CLÁUSULA 3.ª**Princípio Geral de Responsabilidade**

1. A Espaço Municipal poderá, se assim o entender e sempre que tal, no seu juízo, se mostrar necessário em virtude de qualquer situação de mora, cumprimento defeituoso ou incumprimento das obrigações que legal ou contratualmente incumbam ao Cocontratante, intervir diretamente na boa execução do Contrato, substituindo-se ao Cocontratante sem que tal implique qualquer modificação no âmbito da sua responsabilidade. Todos os custos dessa intervenção correrão por conta do Cocontratante.
2. O Cocontratante responderá, pela culpa ou pelo risco, nos termos da lei geral, por quaisquer danos causados no exercício das atividades que irão constituir o objeto do Contrato, respondendo ainda, nos termos em que o comitente responde pelos atos do comissário, pelos danos e prejuízos causados por Terceiros contratados no âmbito das atividades compreendidas no Contrato sem limitação quaisquer danos materiais e/ou morais, continuados ou não, e lucros cessantes.
3. O Cocontratante responderá também por quaisquer danos emergentes e lucros cessantes resultantes de deficiências ou omissões de atuação que impliquem um mau cumprimento ou incumprimento das obrigações que para si decorrem do Contrato.

CLÁUSULA 4.ª**Informação relevante**

A Espaço Municipal disponibilizará toda a informação relevante, necessária e/ou requerida pelo adjudicatário para a execução do presente contrato.

Capítulo II**Obrigações Contratuais****Secção I****Obrigações da Espaço Municipal e condições conexas****CLÁUSULA 5.ª****Preço Base e Pagamento**

1. Pela prestação objeto do presente contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Espaço Municipal pagará ao cocontratante o preço constante da proposta adjudicada,



que não poderá ultrapassar **€58.000,00 (cinquenta e oito mil euros)**, valor acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2. O valor previsto no número anterior será pago através de um contrato de locação financeira na modalidade de Leasing.
3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, incluindo as despesas de montagem de contrato, de gestão de contrato, de correspondência, deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
4. A cocontratante deverá entregar à Primeira uma fatura Pró-forma, para esta assegurar, junto de entidade bancária, o pagamento correspondente através da modalidade de locação financeira.
5. Em caso de discordância, por parte da Espaço Municipal, quanto aos valores indicados na(s) fatura(s), deve esta comunicar à cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando esta obrigada a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida

CLÁUSULA 6.ª

Prazo de Execução e Entrega

O contrato iniciar-se-á com a sua outorga e vigorará até à entrega das viaturas (3), que ocorrerá no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Secção II

Obrigações do Adjudicatário

CLÁUSULA 7.ª

Obrigações gerais do adjudicatário

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos, no Anexo I – Especificações Técnicas e nas cláusulas contratuais, decorrem da celebração do contrato, para o adjudicatário, as seguintes obrigações gerais:



- a) Prestar todos os serviços com a diligência, zelo e profissionalismo devidos e empregando os meios e ativos, incluindo todos os equipamentos, materiais e mão-de-obra qualificada necessários para o efeito;
- b) Informar atempadamente a entidade adjudicante sobre a ocorrência de qualquer facto ou situação que possa prejudicar, ou de qualquer forma comprometer, a prestação dos serviços;
- c) Prestar toda a colaboração a fornecedores e outros prestadores de serviços da entidade adjudicante, na medida do que se revelar necessário ou conveniente para a prestação dos serviços ou sempre que tal facilite a prestação de serviços ou outros fornecimentos a efetuar por terceiros à entidade adjudicante, desde que a prestação desta colaboração não prejudique a forma como os serviços são prestados nos termos contratuais, nem corresponda a um encargo excessivo ou exija recursos igualmente excessivos para o adjudicatário;
- d) Apresentar, sempre que a entidade adjudicante o solicitar, todos os documentos comprovativos da sua situação legal e estatutária, da inexistência de dívidas para com a segurança social e a fazenda pública e de quaisquer apólices de seguro obrigatórias nos termos da lei ou do presente Caderno de Encargos;
- e) Prestar os serviços no respeito de quaisquer instruções e normas internas da entidade adjudicante, incluindo, designadamente, de carácter organizacional e procedimental;
- f) Cumprir, no âmbito da prestação, todas as disposições legais e regulamentares em vigor na presente data ou que entrem em vigor subsequentemente;
- g) Fornecer toda a documentação requerida pelas entidades competentes.

CLÁUSULA 8.ª

Deveres de Informação

- 1. Durante todo o período de duração do Contrato, o Cocontratante será obrigado, nomeadamente, a:
 - a) Dar conhecimento imediato à Espaço Municipal de qualquer situação de emergência que ocorra no âmbito da execução do Contrato;
 - b) Dar conhecimento imediato à Espaço Municipal de todo e qualquer evento que possa vir a prejudicar ou impedir o cumprimento pontual e atempado



- de qualquer das suas obrigações ou que possa constituir causa de suspensão, interrupção ou cessação de alguma ou todas as atividades objeto do Contrato;
- c) Dar conhecimento imediato à Espaço Municipal da necessidade ou conveniência de se proceder a uma qualquer intervenção ou a um trabalho que não se encontre incluído no âmbito da Contrato;
 - d) Fornecer à Espaço Municipal, por escrito e no menor prazo possível, relatório circunstanciado e fundamentado das situações constantes da alínea anterior, integrando eventualmente a contribuição de entidades exteriores ao Cocontratante e de reconhecida competência, com indicação das correspondentes medidas tomadas ou a implementar, para a superação daquelas situações;
 - e) Manter a Espaço Municipal permanentemente informada sobre quaisquer situações que tenham ou possam ter impacto/repercussão na execução do objeto do Contrato.
2. O incumprimento dos prazos estabelecidos para quaisquer obrigações previstas no n.º 1 da presente cláusula poderá determinar a aplicação de sanções, de acordo com o disposto no presente caderno de encargos, se grave e reiterado, poderá determinar a resolução do Contrato nos termos previstos no presente Caderno de Encargos.

CLÁUSULA 9.ª
Proteção de Dados

- 1. Durante a vigência do contrato a celebrar, e mesmo após a sua cessação, a entidade adjudicatária obriga-se a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e/ou elementos que lhe hajam sido confiados pela Espaço Municipal ou de que tenha tido conhecimento no âmbito ou por causa do contrato a celebrar.
- 2. Os dados pessoais a que a entidade adjudicatária tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Espaço Municipal serão tratados em estrita observância das instruções da Espaço Municipal.
- 3. A entidade adjudicatária compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar, ou por qualquer forma colocar à disposição de terceiros os dados



peçoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Espaço Municipal ao abrigo do presente procedimento, sem que para tal tenha sido expressamente instruída, por escrito, pela Espaço Municipal.

4. A entidade adjudicatária obriga-se a cumprir rigorosamente a Lei de Proteção de Dados Pessoais e demais legislação aplicável em matéria de tratamento de dados pessoais, e, concomitantemente, a:
 - a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Espaço Municipal única e exclusivamente para efeitos da prestação de serviços objeto do presente procedimento;
 - b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;
 - c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos;
 - d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a Espaço Municipal esteja vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
 - e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da Espaço Municipal contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;
 - f) Prestar à Espaço Municipal toda a colaboração que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do presente procedimento e manter a Espaço Municipal informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar, de imediato, qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que, de algum modo, possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais ou dos termos do instrumento de legalização concedido pela Comissão de Proteção de Dados;
5. A entidade adjudicatária será responsável por qualquer prejuízo em que a Espaço Municipal possa incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais e/ou do disposto no presente procedimento.



6. Finda a vigência do contrato, sem prejuízo das obrigações legais, o Cocontratante tem a obrigação de eliminar/apagar ou devolver à Espaço Municipal, consoante a opção definida pelo gestor do contrato, os dados pessoais que tenham sido objeto de tratamento no âmbito do mesmo, bem como eliminar quaisquer outras cópias existentes, devendo para o efeito enviar um comprovativo para a Espaço Municipal.
7. Na ausência de indicação do gestor do contrato o Cocontratante deve eliminar, sem prejuízo das obrigações legais, e dados que deverão ser mantidos por imposição legal.

Capítulo III Incumprimento Contratual

CLÁUSULA 10.ª Responsabilidade

A parte a quem seja imputável o incumprimento de qualquer das obrigações que para ela decorram do presente Caderno de Encargos fica obrigada a indemnizar integralmente a contraparte por todos os danos que o incumprimento lhe cause, incluindo os honorários de advogado, as custas judiciais e os custos de auditoria razoáveis que a parte lesada tenha suportado ou venha a ter de suportar.

CLÁUSULA 11.ª Penalidades Contratuais

1. Pelo incumprimento de datas e prazos de entrega dos veículos objeto do contrato, a Espaço Municipal pode exigir o pagamento de uma pena pecuniária de 1% do valor global, em função da gravidade do incumprimento, por cada dia de atraso.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, a Espaço Municipal pode exigir-lhe uma pena pecuniária não inferior a 25% do valor contratual.
3. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Espaço Municipal tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
4. A Espaço Municipal pode recorrer a encontro de contas, considerando a compensação dos pagamentos devidos ao abrigo do contrato e as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.



5. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Espaço Municipal exija uma indenização pelo dano excedente.

CLÁUSULA 12.^a

Casos Fortuitos ou de Força Maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao cocontratante quando se reportem a incumprimento(s) que resulte(m) de caso(s) de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - b) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - c) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
 - d) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - e) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior que impeçam o cumprimento total ou parcial do contrato ou que impliquem atrasos ou prejuízos na execução do contrato ou o agravamento do seu custo deve comunicar e justificar tais situações à outra parte, indicando o prazo previsível para o restabelecimento da situação.
5. O Cocontratante deve, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do conhecimento da ocorrência, por correio eletrónico ou carta registada com aviso de receção, notificar a Espaço Municipal da duração previsível do acontecimento



e dos seus efeitos na execução do contrato, juntando certificado das entidades competentes que ateste a realidade e exatidão dos factos alegados e oferecendo prova de, em tempo devido, ter esgotado todos os meios para reduzir ao mínimo o atraso e os prejuízos na execução do contrato.

6. Se o Cocontratante não puder, por razões que não lhe sejam imputáveis, apresentar os certificados referidos, no número anterior dentro do prazo aí previsto, deve apresentá-los logo que possível, apresentando igualmente a justificação para tal atraso.
7. O incumprimento pelo Cocontratante do disposto nos números anteriores, implica a sua responsabilidade pelo incumprimento das obrigações contratuais em causa.
8. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Capítulo IV Cessação do Contrato

CLÁUSULA 13.^a Formas de Cessação do Contrato

O presente contrato poderá cessar por:

- a) Resolução do contrato por qualquer uma das partes;
- b) Rescisão antecipada pela entidade adjudicante;
- c) Acordo celebrado entre as partes, em qualquer momento da vigência do contrato.

CLÁUSULA 14.^a Resolução do Contrato por Qualquer uma das Partes

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, os contraentes podem resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de algum deles violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem ou se se encontrar em processo de insolvência ou de recuperação de empresa.
2. A resolução do contrato por iniciativa de uma das partes deve ser comunicada por escrito à outra parte, iniciando-se a produção dos correspondentes efeitos resolutivos 30 (trinta) dias após receção de declaração escrita.

CLÁUSULA 15.^a**Rescisão Antecipada pela Entidade Adjudicante**

A entidade adjudicante pode promover a rescisão antecipada do contrato mediante pagamento das obrigações vincendas até ao termo do contrato, salvo se a mesma resultar de acordo entre as partes ou nas condições estabelecidas nas cláusulas anteriores, designadamente quando se verifique o incumprimento das obrigações por parte do adjudicatário.

Capítulo V**Caução****CLÁUSULA 16.^a****Caução**

Não é exigível, nos termos do número 2 do Artigo 88.º do CCP.

Capítulo VI**Disposições Finais****CLÁUSULA 17.^a****Cessão e Subcontratação**

1. O adjudicatário não poderá ceder, transferir ou, por qualquer forma, transmitir a terceiros a respetiva posição contratual no presente contrato ou quaisquer direitos, responsabilidades ou obrigações emergentes do mesmo sem obter, para tal, prévia autorização escrita da Espaço Municipal.
2. O adjudicatário só poderá, para efeitos do cumprimento do presente contrato, subcontratar terceiros, no todo ou em parte, que assegurem a prestação dos serviços, com prévia autorização da Espaço Municipal.
3. No caso da Espaço Municipal, ao abrigo do disposto nos números anteriores, conceder a sua autorização para determinada subcontratação, o adjudicatário será o único interlocutor daquela, perante quem responderá solidariamente com o subcontratado.

CLÁUSULA 18.^a**Comunicações e Notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos seguintes:



- a) As comunicações para a resolução do contrato, para situações de incumprimento contratual ou outras de maior complexidade terão de ser efetuadas por carta registada com aviso de receção para o domicílio ou sede contratual de cada uma, conforme identificação constante do contrato;
 - b) As restantes comunicações que se considerem de manifesta simplicidade terão de ser efetuadas por correio eletrónico para o endereço de cada uma, conforme identificação constante do contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

CLÁUSULA 19.^a

Contagem dos Prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

CLÁUSULA 20.^a

Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

CLÁUSULA 21.^a

Lei aplicável

O contrato é regulado pelo CCP, e demais legislação aplicável.

ANEXO I
Disposições Especiais / Especificações Técnicas

Artigo 1.º
Entrega dos bens objeto do contrato

1. Os veículos elétricos objeto do contrato devem ser entregues na Rua Dr. Carlos Pires Felgueiras, n.º 181, no prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.
2. O fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos veículos elétricos, objeto do contrato, todos os documentos que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.
3. Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para a entidade adjudicante, bem como o risco de deterioração dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.
4. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do fornecedor.
5. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Artigo 2.º
Garantia Técnica Geral

1. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o fornecedor garante os veículos propostos, bem como os motores e pinturas pelo prazo de 3 (três) anos a contar da data da assinatura do contrato sem limite de kms, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no caderno de encargos e nos documentos e catálogos por apresentados, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.
2. No prazo máximo de dois meses a contar da data em que a Espaço Municipal tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, esta deve notificar o fornecedor, para efeitos da respetiva reparação.
3. A reparação ou substituição previstas na presente cláusula devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pela entidade adjudicante e sem grave

inconveniente para este último, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina, com a atribuição de 1 (um) veículo de substituição até entrega do veículo reparado ou de novo veículo, sem custo acrescido.

Artigo 3.º

Garantia Técnica Bateria

1. A garantia da bateria é válida pelo período de tempo e quilometragem de 96 meses (8 anos) ou 120.000Km, o que acontecer primeiro.
2. Para além da cobertura da bateria de veículo quanto a defeitos de material ou de mão-de-obra, também estará coberta contra perda de capacidade abaixo de 9 *bars*, conforme apontado pelo indicador de nível da bateria do veículo durante um determinado período ou quilometragem: de 96 meses ou 120.000Km.

Artigo 4.º

Peças

É obrigatória a disponibilização das peças necessárias à reparação dos veículos adquiridos, durante o prazo mínimo de 10 (dez) anos após a colocação em mercado da última unidade dos respetivos veículos.

Artigo 5.º

Especificações Técnicas

Os veículos elétricos, objeto do presente Caderno de Encargos, deverão dispor das seguintes características:

- a) Cor branca
- b) Autonomia elétrica ciclo combinado de 228km mínima e autonomia elétrica em ciclo urbano de 337km mínima;
- c) Potência de carga máxima de 7kW mínima;
- d) Consumo de energia elétrica ciclo combinado de 13.2kWh/100Km máximo e consumo de energia elétrica ciclo urbano de 8.7kWh/100Km máximo;
- e) Capacidade de bateria de 26,8kWh mínima;
- f) Carregador CA e CC 30Kw – 2kw a 7kW mínima;
- g) Travagem traseira: tambor (TA), discos Plenos (DP), discos Ventilados (DV) – TA-170;
- h) Travagem dianteira: tambor (TA), discos Plenos (DP), discos Ventilados (DV) – DV-238.

- i) Pré-Equipamento de imobilização por álcool;
- j) Câmara de visão traseira;
- k) Sensor de luminosidade;
- l) Sistema de ajuda ao estacionamento traseiro;
- m) Velocidade máxima 125Km/h;
- n) Binário mínimo Nm CEE 113;
- o) Lotação 4 lugares.
- p) comprimento total até 3705 mm
- q) largura exterior (sem retrovisores) até 1585 mm